

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



CARVALHO PINTO: TRÊS ASPECTOS DE UM DESTACADO POLÍTICO PAULISTA DO  
SÉCULO XX

Felipe Ferreira Batista

Carlos Eduardo Carvalho

CARVALHO PINTO: TRÊS ASPECTOS DE UM DESTACADO POLÍTICO PAULISTA  
DO SÉCULO XX

*CARVALHO PINTO: THREE ASPECTS OF A SIGNIFICANT 20TH CENTURY PAULISTA  
POLITICIAN*

Felipe Ferreira Batista<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Carvalho<sup>2</sup>

RESUMO

O artigo discute a trajetória política de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987), personagem fundamental na história paulista e brasileira da segunda metade do século XX, pouco estudado pela historiografia do longo período em que participou ativamente da vida pública paulista e brasileira. Foi professor de direito financeiro, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Estadual da Fazenda (1955-1958), Governador de São Paulo (1959-1963), Ministro da Fazenda (1963) e Senador da República (1967-1975). Sua trajetória foi longa e complexa. Carvalho Pinto deixou pouca coisa escrita e pouco falava em público. O laconismo ajuda a explicar a escassez de pesquisas e seu virtual esquecimento na historiografia. Este artigo apresenta outra hipótese explicativa: Carvalho Pinto não se encaixa bem nos modelos analíticos sobre política e economia no Brasil em meados do século passado. A exploração da hipótese parte do que Carvalho Pinto fez nos cargos públicos que ocupou e nas suas escolhas políticas, em especial nos dramáticos anos 1960. Sua trajetória foi marcada pela ênfase no equilíbrio das contas públicas, mas o apego longo à austeridade foi conciliada com a defesa do planejamento econômico e o apoio a reformas estruturais. Seu governo estadual teve como ponto principal a execução de um plano econômico que oferecesse estrutura física e políticas sociais em meio à rápida transformação da economia paulista, ideias que defendeu no governo Goulart e que depois afirmou serem postas em prática pelos governos militares. Nomeado Ministro da Fazenda por João Goulart, fez críticas ao Plano Trienal no seu fracasso de executar um ajuste fiscal e pela política anti-inflacionária baseada em redução dos meios de pagamento, mas concordava com a necessidade de reformas estruturais. O Plano de Ação de Governo do Estado que aplicou em São Paulo é muito assemelhado a planos da época, como o Trienal de Furtado e o PAEG de Bulhões/Campos, assim como às políticas reformistas anos depois

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>2</sup> Professor associado do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

empreendidas pelo governo Frei no Chile. O PAGE propunha: modernização sem conflitividade política e sem ruptura institucional, (ii) industrialização aproveitando o mercado interno com modernização da agricultura em sentido capitalista, (iii) cooperativismo combinado a reforma agrária gradual, (iv) reformismo e modernização com equilíbrio fiscal. A decisão de integrar o ministério de João Goulart foi aposta política complexa, pela sua trajetória prévia e pela convicção de que conseguiria um programa fiscalista naquele quadro de alianças que cercava Jango. Depois de sair do ministério, recusou as propostas golpistas, mas se incorporou à base parlamentar da ditadura ao ser eleito senador pela Arena e alegou que os militares concretizaram propostas que defendera no governo Jango. Como hipóteses secundárias, propõe-se que sua trajetória e suas escolhas resultaram de: (i) sua formação na democracia-cristã, nas vertentes reformistas que prevaleceram na América Latina; (ii) peculiaridades de São Paulo no período da CF 1946 (Quarta República); (iii) dificuldades de situar-se em alguma das forças políticas nacionais em disputa na época.

Palavras-chave: Carvalho Pinto; São Paulo século XX; Democracia Cristã; PAGE; governo Goulart

## ABSTRACT

The article discusses the political trajectory of Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987), a fundamental figure in the history of São Paulo and Brazil in the second half of the twentieth century, little studied by the historiography of the long period in which he actively participated in the brazilian and paulista public life. He was a professor of financial law, Municipal Secretary of Finance, State Secretary of Finance (1955-1958), Governor of São Paulo (1959-1963), Minister of Finance (1963) and Senator (1967-1975). His trajectory was long and complex. Carvalho Pinto left little written and little public speaking. Lacanism helps to explain the scarcity of research and its virtual forgetfulness in historiography. This article presents another explanatory hypothesis: Carvalho Pinto does not fit well into the analytical models on politics and economics in Brazil in the middle of the last century. The exploration of the hypothesis starts with what Carvalho Pinto did in the public positions he occupied and in his political choices, especially in the 1960s. His career was marked by the emphasis on the fiscal balance, but the long-lived attachment to austerity was reconciled with defense of economic planning and support for structural reforms. His state-government administration had as main point the execution of an economic plan that offered physical structure and social policies in the midst of the rapid transformation of the economy of São Paulo, ideas that he defended in the Goulart government and that he later said to be put into practice by the military governments. Appointed Finance Minister by João Goulart, he criticized the Trienal Plan for its failure to implement a fiscal adjustment and anti-inflationary policy

based on money supply reduction, but agreed with the need for structural reforms. The State Government Action Plan that he implemented in São Paulo is very similar to plans of the time, such as Furtado's Trienal and Bulhões/Campos' PAEG, as well as the reformist policies years later undertaken by the Frei government in Chile. PAGE proposed: modernization without political conflict and without institutional rupture, (ii) industrialization taking advantage of the internal market with modernization of agriculture in the capitalist sense, (iii) cooperativism combined with gradual land reform, (iv) reformism and modernization with fiscal balance. The decision to join João Goulart's ministry was a complex political commitment, due to his previous trajectory and the conviction that he would achieve a fiscal program in that framework of alliances that surrounded Goulart. After leaving the ministry, he rejected coup proposals, but joined the parliamentary base of the dictatorship when he was elected senator within ARENA and claimed that the military made concrete proposals he had advocated in the Jango government. As secondary hypotheses, it is proposed that his trajectory and his choices resulted from: (i) his formation in Christian Democracy, on the reformist lines that prevailed in Latin America; (ii) peculiarities of São Paulo in the period of the 1946 Constitution (Fourth Republic); (iii) difficulties in situating itself in some of the national political forces in dispute at the time.

Keywords: Carvalho Pinto; São Paulo twentieth century; Christian Democracy; PAGE; Goulart government

## 1. INTRODUÇÃO

Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1910-1987) é um político fundamental para compreender a história paulista e brasileira da segunda metade do século XX, embora pouco estudado pela historiografia. Foi professor de direito financeiro, Secretário Municipal de Finanças, Secretário Estadual da Fazenda (1955-1958), Governador de São Paulo (1959-1963), Ministro da Fazenda (1963) e Senador da República (1967-1975).

Personagem de muitas faces, que merecem especial atenção cada uma. Carvalho Pinto não se encaixa bem nos modelos analíticos sobre a política e sobre a política econômica no Brasil de meados do século XX:

Conservador paulista na origem; integrou grupo que aceitou a reconciliação com Vargas e integrou a administração da cidade de São Paulo durante o Estado Novo, mas após a redemocratização não aderiu nem ao ademarismo nem ao udenismo. Manteve-se um defensor de austeridade fiscal em todos os governos em que trabalhou, mas sem que seu fiscalismo significasse retroceder aos parâmetros dos anos 1920 em que ele se formou, ou o modelo do PRP.

O seu Plano de Ação do Governo do Estado pode ser considerado como parte dos projetos e ideias de planejamento da época, caso do Plano Trienal ou do que se fez no governo de Eduardo Frei no Chile da segunda metade da década de 1960. Os eixos do PAGE incluíam: modernização sem conflitividade política e sem ruptura institucional, (ii) industrialização aproveitando o mercado interno com modernização da agricultura em sentido capitalista, (iii) cooperativismo ao invés de “reforma agrária”, (iv) reformismo e modernização com ênfase no equilíbrio fiscal.

A relevância de Carvalho Pinto repousa em diferentes aspectos de grande interesse para a historiografia. Foi uma figura de grande relevância e longevidade na evolução política de São Paulo desde a fragmentação que se seguiu a 1930 e também no quadro complexo do que se pode designar como conservadorismo brasileiro no século XX, em especial seus segmentos reformistas, sem o que é difícil entender as alianças que levaram ao golpe de 1964, a natureza da ditadura, bem como a natureza e a composição das forças que emergiram da decomposição do regime militar, período no qual quadros que

contribuíram com seu governo participaram da fundação dos principais partidos do novo regime.

Além desta introdução, o artigo apresenta três seções, focadas em aspectos relevantes das ideias e da atuação política de Carvalho Pinto: a segunda seção trata da formação da Democracia Cristã no Brasil, em especial sua evolução nos anos 1950-1960, com a hipótese de que vieram daí eixos básicos de suas ideias políticas; a terceira seção analisa as principais políticas e propostas de seu mandato como governador de São Paulo (1959-1963), período de grandes transformações na economia paulista, em que tomou iniciativas de grande relevância e singularidade no contexto da época; a quarta seção aborda sua participação no governo de João Goulart, sucedida por apoio ao golpe de 1964 e aos governos militares dele resultantes; seguem-se algumas conclusões preliminares no final.

## **2. A Democracia Cristã no Brasil e na América Latina**

### **2.1. Origens, relações com o fascismo e com a democratização no pós-guerra**

O Papa Leão XIII (1810-1903), ao assumir o pontificado em 1878 guiou-se por manter uma gradual conciliação da Igreja com a modernidade, após um século de conflito com as revoluções que tomaram a Europa e América Latina, com concessões no reconhecimento do status leigo do Estado-Nação e com o republicanismo. Em 1891, publicou a encíclica *Rerum Novarum*<sup>3</sup>, na qual coloca a visão oficial da Santa Sé acerca da condição dos operários e estabelece a base da Doutrina Social da Igreja Católica (WOHNOUT, 2004). A encíclica rejeita o liberalismo e socialismo, afirmando ser necessário um meio de auxiliar os pobres que respeite o direito a propriedade através de regimes de trabalho justos (com sindicatos e previdência) e planejamento econômico, assim como afirma naturalidade de diferenças sociais e recusa a ideia de luta de classes.

Nas décadas seguintes à entronização de Leão XIII a participação dos católicos na política europeia se dava de maneira contraditória. De um lado ficavam os reacionários

---

<sup>3</sup> Em latim, “Coisas Novas”

que, apesar de adotar a Doutrina Social, rejeitavam as instituições que se construíam no continente. Enquanto de outro lado ficaram os que aderiram à democracia e pensavam em formas de conciliá-la com o seu catolicismo (MÜLLER, 2014).

A aproximação do Vaticano com regimes autoritários na década de 1930 provocou distanciamento dos católicos democratas, fazendo com que os movimentos passassem a ser liderados por leigos e, progressivamente, se transformassem em agremiações de inspiração cristã, deixando de simplesmente representar os interesses políticos da Igreja. Através dessa ruptura política com a hierarquia eclesiástica, formação de lideranças leigas, o antinacionalismo e defesa da democracia, mas mantendo a defesa de princípios católicos, que o ideário democrata cristão nasceu (KAISER, 2007).

A queda de regimes autoritários na Europa Ocidental, com exceção da Península Ibérica, inaugurou uma nova situação política na região. A rejeição aos partidos nacionalistas e a dificuldade dos socialistas conseguirem apoio das classes médias e zonas rurais abriu espaço para que os recém-fundados partidos democratas cristãos ganhassem rapidamente espaço político no final da década de 1940 (KAISER, 2007). Assim, ainda nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial, formou-se a disputa política bipartidária entre democratas cristãos e social democratas dominante na maioria dos países da Europa Ocidental desde então (MÜLLER, 2014).

Políticas econômicas defendidas pelos democratas cristãos em diferentes países europeus tiveram semelhanças e diferenças. As maiores semelhanças se dão em torno da construção de um Estado de Bem-Estar Social e principalmente da defesa de maior integração comercial, como forma de impulsionar a reconstrução econômica e forma de manutenção da paz no continente, com iniciativas como o *GATT*<sup>4</sup> e a *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço* (precursora da *União Europeia*). As maiores diferenças se deram entre as duas maiores economias governadas por partidos democratas cristãos nas primeiras décadas no Pós-Guerra, Itália e Alemanha Ocidental.

---

<sup>4</sup> Sigla em inglês para Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, predecessor da Organização Mundial do Comércio (OMC)

Ludwig Erhard<sup>5</sup> afirma que a reconstrução da economia alemã ocidental aconteceu em função de uma ruptura com o modelo econômico do Terceiro Reich. O governo alemão ocidental assumiu como prioridade uma reforma monetária que diminuiu drasticamente a inflação e posteriormente manteve uma política monetária restritiva (ERHARD, 1958). O elevado endividamento causado pela guerra foi renegociado e reduzido em mais de 60% em 1953. Na relação com os setores econômicos da economia, o governo reduziu o seu papel interventor e assumiu um papel regulador, de maneira que o controle direto do Estado ficou basicamente restrito a infraestrutura. Ao longo da década de 1950, o PNB registrou crescimento médio de 7,6%, baseado principalmente na mecanização da produção agrícola, indústria de bens de capital e bens de consumo duráveis (notadamente a indústria automobilística) (KERSBERGEN, 2003).

Já o processo de recuperação italiana se deu em torno de outra perspectiva, não propunha uma forte ruptura com a política econômica desenvolvida pelo ditador Benito Mussolini, mas continuação da estratégia de uma intervenção mais direta na economia. Através de um holding estatal investiu diretamente em empresas de setores considerados estratégicos, principalmente na indústria de bens de capital intermediário (KERSBERGEN, 2003).

## 2.2. América Latina e Brasil

A partir da década de 1920, pensadores católicos começaram a se organizar politicamente no Brasil. Inicialmente com viés autoritário, se opuseram ao laicismo republicano e posteriormente aderiram ao Estado Novo. Nos anos finais da ditadura varguista, alguns membros dissidentes se aproximaram da democracia cristã através da obra do teólogo francês Jacques Maritain (1882-1973) (BUSETTO, 2001).

Maritain afirmava que o humanismo racionalista seria incompleto ao desconsiderar a dimensão espiritual do homem, portanto de maneira incompleta, de forma que seria substituído por um humanismo integral. A democracia seria a melhor forma de governo, mas que não poderia ser guiada pelas massas ou pelo lucro, mas por meio de associações da "sociabilidade natural do homem", como famílias e sindicatos (MARITAIN, 1965).

---

<sup>5</sup> Economista que foi Ministro da Economia da Alemanha Ocidental entre 1963 e 1966 e premiê entre 1963 e 1966

Em Montevidéu, em 1947, pensadores católicos lançaram um manifesto de fundação da democracia cristã latino-americana, baseada na defesa da Doutrina Social da Igreja e nas ideias de Maritain. No campo econômico, propõe esforço na superação do "capitalismo individualista" pelo "humanismo econômico", com predomínio do consumo sobre a produção, suplantação do patronato pelo cooperativismo e distribuição da prosperidade (BUSETTO, 2001).

Além do Brasil, os únicos países em que signatários conseguiram sucesso político foram Chile e Venezuela<sup>6</sup>.

O Partido Democrata Cristão chileno em 1964 elegeu Eduardo Frei a presidência. Em sintonia com os princípios das encíclicas papais, incentivou a sindicalização, cooperativismo e expansão da rede de ensino básico. Inspirado na política econômica dos democratas cristãos italianos, uma holding estatal comprou o controle de empresas de infraestrutura e indústria de base, assim como fez uma reforma agrária. Por fim, negociou com mineradoras estrangeiras um processo de gradual nacionalização do cobre (COELHO, 2000).

Na Venezuela, entre 1958 e 1994 o democrata cristão *COPEI*<sup>7</sup> revezou o poder com o social democrata *Acción Democrática*. O sociólogo Rafael Caldera foi eleito presidente em 1969, implementando com o petróleo política similar a empreendida no Chile com o cobre (MAINWARING, 2003).

Pouco após o fim do Estado Novo, foi fundado no Brasil o Partido Democrata Cristão, que em seu primeiro programa defende a instituição do que chama de "economia social democrática", no qual defende:

- 1) a economia nacional democrática se baseia na liberdade individual limitada pelo bem comum, sendo portanto, a iniciativa privada, condicionada sempre pelo interesse coletivo, o maior elemento propulsor da economia; 2) as empresas econômicas organizadas na

---

<sup>6</sup> Na Argentina, os democratas cristãos não conseguiram se encaixar em um sistema político baseado na polarização entre peronismo e anti-peronismo; No Uruguai, se tornaram membros da Frente Ampla, federação de partidos de centro-esquerda; No México, o Partido de Ação Nacional foi o maior opositor do PRI, mas só ganhou força política no final da década de 1980.

<sup>7</sup> Sigla de Comitê de Organização Política Eleitoral Independente.

base solidarista, entre empregados e empregadores, devem gozar da mais ampla autonomia; 3) o Estado, economicamente, tem funções supletivas, não podendo intervir diretamente na gerência das atividades econômicas particulares, a não ser quando por estar solicitado e a título temporário; 4) a intervenção dos poderes públicos nas questões econômicas terá sempre por fim coordenar as atividades econômicas individuais e grupais, sem prejuízo das iniciativas próprias e para impedir a concorrência ilimitada ou desleal e favorecendo sempre a mais estrita colaboração das classes em si; 5) a política econômica internacional do Estado visa realizar uma cooperação mais efetiva entre as nações, na movimentação de produtos e capitais, e evitando todo exagerado protecionismo nacionalista; 6) a legislação social deve obedecer ao critério da justiça social mais ampla, que garanta, do melhor modo possível, uma distribuição mais equitativa dos bens econômicos, entre todas as classes sociais, de modo a operar a substituição gradativa e rápida do capitalismo individualista pela democracia econômica; 7) para a realização dessa distribuição da propriedade e dessa democracia econômica, o meio mais eficaz é a participação crescente dos empregados de toda categoria, na administração como nos lucros das empresas empregadoras (BUSETTO, 2001)

Como muitos dos intelectuais católicos brasileiros, Carvalho Pinto se aproximou na década de 1930 de grupos autoritários como a Sociedade de Estudos Políticos (embrião da Ação Integralista Brasileira) e da Ação Católica. Na redemocratização, se aproximou do PDC, se tornando seu consultor de finanças, embora sua filiação tenha ocorrido apenas em 1953, quando foi nomeado Secretário Municipal de finanças pelo prefeito eleito pelo partido, Jânio Quadros (BUSETTO, 2001).

Com autonomia para sanar o déficit fiscal do município, executou cortes de gastos, inclusive demissão de dois mil funcionários, maior rigidez na cobrança de impostos (que foram elevados) e venda de ativos (CHAIA, 1992). A gestão empreendeu esforço na integração da periferia na cidade, o que implicou em expansão do saneamento básico, reestruturação da rede de transporte coletivo, obras de expansão da malha viária asfaltada e a implementação de “sacolões” municipais (CHAIA, 1992).

No ano seguinte, foi chamado para assumir a Secretaria Estadual da Fazenda, com Quadros eleito governador. As medidas de ajuste fiscal passaram pela demissão de mais de onze mil funcionários, extinção de secretarias, cobrança adiantada de imposto sobre vendas e centralização o planejamento financeiro de empresas estatais (CHAIA, 1992). Beneficiou-se da abertura ao capital estrangeiro executada no período, que possibilitou a expansão do parque industrial paulista e o financiamento a obras públicas, principalmente hidroelétricas (CHAIA, 1992).

Em 1957, foi realizado em São Paulo o II Congresso Internacional da Democracia Cristã (CIDC), que contou com a participação de intelectuais e políticos europeus e latino-americanos (OESP, 1957) e produziu uma carta de resoluções para superação do subdesenvolvimento. No campo econômico, defendeu industrialização, racionalização da agricultura, criação de mercados regionais e integração dos trabalhadores nas responsabilidades e resultados das empresas. No campo social, defendeu políticas de combate ao analfabetismo, estímulo ao ensino técnico profissionalizante, ampla campanha de sindicalização e elaboração de planos de habitação popular.

Ao assumir o governo estadual em 1959, Carvalho Pinto apresentou um plano quadrienal de desenvolvimento no qual muitos dos contribuintes na elaboração eram alunos do padre francês Louis-Joseph Lebret, conselheiro econômico do Papa João XXIII, que, segundo Hélio Bicudo (2017), não atuou diretamente no plano, mas foi um grande influenciador. O plano foi executado com pontos em acordo com o que fora proposto no manifesto do CIDC.

Logo após deixar o governo estadual, Carvalho Pinto foi nomeado Ministro da Fazenda pelo presidente João Goulart. Em seu discurso de posse, defendeu rigidez no controle dos gastos do governo, a política de “realismo cambial” e apoio a exportação, enquanto defendia que a melhora na economia faria com o país voltasse a ser atrativo para investimento direto de capital estrangeiro (PINTO, 1963). Sua passagem pelo Ministério da Fazenda, no entanto, foi de apenas seis meses, sem sucesso de implementar muitas das medidas que defendia e com decisões suas anuladas após a saída do cargo.

Após o Golpe Civil-Militar de 1964, aceitou se candidatar ao Senado pelo ARENA (OESP, 1966). Suas propostas legislativas foram principalmente contra a política de arrocho salarial e pela reorganização do Conselho Nacional de Política Salarial com inspiração no modelo tripartido proposto pelo Papa Pio XI. Seus discursos na tribuna do Senado frequentemente recorreram a trechos de encíclicas e falas papais como justificativa. Elogiou a disposição na Constituição de 1967 que atribuiu ao Legislativo a obrigação de aprovar planos plurianuais enfatizou a necessidade deles destacada na encíclica *Populorum Progressio*<sup>8</sup> do Papa Paulo VI, assim como elogiou a política salarial de correção pela inflação residual com paráfrase a discurso do Papa João XXIII no qual afirma a distribuição de renda como o fim da economia nacional.

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores, defendeu a integração comercial do Brasil com a América Latina, como meio de diversificar a pauta exportadora e disseminar tecnologia, além de juntos combaterem o tratamento das economias desenvolvidas aos países região (PINTO, 1971).

### 3. O Governo Estadual (1959-1963)

Como anteriormente mencionado, Carvalho Pinto chefiou a Secretaria da Fazenda durante o governo estadual de Jânio Quadros em uma gestão marcada por ajuste fiscal, recuperação de empresas estatais e entrada de capital estrangeiro no parque industrial e infraestrutura.

Candidato situacionista na eleição estadual de 1958, Carvalho Pinto conseguiu apoio da UDN, PSB e parte do PTB, enquanto seu principal oponente, o ex-governador Ademar de Barros (PSP) tinha apoio do PSD e PCB, com discurso nacionalista durante a campanha, se colocou como o candidato popular, explorando a origem familiar de Carvalho Pinto na aristocracia cafeeira. Enquanto o então Secretário da Fazenda defendeu a abertura comercial do Brasil a todos os países, aplicação de reforma agrária, direito a greve, financiamento dos bancos estatais a obras de modernização do interior e o que

---

<sup>8</sup> Em latim, “Progresso dos Povos”, encíclica de 1967 sobre os problemas de países em desenvolvimento

chamou de “nacionalismo consciente” (OESP, 1958). Carvalho Pinto venceu com 51,09% dos votos válidos contra os 42,12% do ex-governador Ademar de Barros (PSP).

O quadriênio do governo coincidiu com a crise econômica iniciada no final da década de 1950. A partir de 1959 o governo federal implementou restrição ao crédito, aumento de impostos e eliminação de subsídios cambiais (ORENSTEIN, 2014). Nos anos seguintes, a política de “realismo cambial” beneficiou aos exportadores agrícolas, mas não resultou em retomada de crescimento, em função da queda de preços internacionais dos principais produtos exportáveis (café e algodão), enquanto a indústria foi prejudicada pelo aumento no custo de importação de insumos (PINTO, 1970).

No primeiro mês de governo, foi criado um grupo de trabalho para elaborar um plano estadual de desenvolvimento com nomes ligados a USP e PUC-SP, como o político Plínio de Arruda Sampaio, o jurista Hélio Bicudo, os economistas Diogo Gaspar, Antônio Delfim Netto e Sebastião Advíncula, o arquiteto Francisco Whitaker e os engenheiros Ruy Aguiar da Silva Leme e Ruy Miller Paiva (PAGE, 1959).

Foram elaborados dois planos, que foram chamados de PAGE – Plano de Ação do Governo do Estado. O primeiro para o período entre 1959 e 1963 e o segundo entre 1963 e 1967, mas que foi descartado pelo governo seguinte, de Ademar de Barros.

Algumas características podem ser percebidas nas concepções do PAGE: (i) modernização sem conflitividade política e sem ruptura institucional, (ii) industrialização aproveitando o mercado interno com modernização da agricultura em sentido capitalista, (iii) conciliação de reformismo e modernização com fiscalismo. O PAGE apresentava semelhanças com propostas de planejamento que surgiram nos anos seguintes, como o Plano Trienal (1963) e PAEG (1964) no governo federal brasileiro e as políticas reformistas implementadas na presidência do democrata cristão Eduardo Frei no Chile (1964-1970).

O plano considera ser preciso envolvimento do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, entendido este como constante aumento da renda per capita ao longo do tempo. Uma melhoria nos níveis de vida da população significaria escolha racional do capital acumulado em setores de maior rentabilidade social. A função de

investimento é a melhora do sistema produtivo e, desde que seja feito nos setores de maior relação produto-capital, proporcionar maior incremento no processo desenvolvimento.

O PAGE propôs ser executado sob duas finalidades: melhoria das condições do homem e promoção do desenvolvimento econômico. A primeira seria resultante principalmente da expansão das redes de educação e saúde públicas, além da construção de instrumentos que ampliassem a presença da justiça no estado. A segunda parte do investimento em infraestrutura e no fomento aos setores agrícola e industrial. De acordo com Delfim Netto (2017), o plano não se propunha a alterar alguma tendência da economia paulista ou estimular algum setor em detrimento de outro, mas fornecer estrutura básica sob a qual a produtividade aumentasse.

Para financiar o PAGE, o Governo Estadual reservou Cr\$ 100 bilhões dentro do quadriênio 1959-1963. Segundo Netto (2017), para que pudesse gerir os recursos e obras livremente ao longo dos anos, fizeram com que todas as etapas do plano fossem aprovadas ainda no primeiro semestre de governo. Previu a capitalização do Estado a algumas empresas de economia mista, assim como a fundação de outras. Mas o foco foi em criar fundos de investimento específicos, proposta entendida como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico de maneira não inflacionária, visto que não se dava por meio de expansão do crédito ou emissão de papel-moeda, mas por repasse direto do erário.

Exporemos a seguir o que foi proposto no PAGE de 1959 e a relatoria do que foi efetivado ao longo do quadriênio no PAGE II de 1962.

### **3.1. PAGE**

#### **3.1.1. Melhoria das condições do homem**

Na educação básica, o governo construiu salas de aula para 670 mil alunos com objetivo de zerar o déficit de vagas, mas apenas 52% delas foram preenchidas (PAGE, 1962), o que demonstrou que o problema não era apenas de espaço físico para realização das aulas. Foram construídas 30 escolas de ensino técnico profissionalizante pelo governo estadual e mais quatro em parceria com o governo federal (PAGE, 1959). Para ensino superior, acelerou a construção da Cidade Universitária, concedeu autonomia

administrativa a USP e criou um fundo de incentivo a pesquisa acadêmica (FAPESP) com orçamento anual fixo correspondente a 1% do total da receita tributária do Estado.

Previu a construção de cadeias, delegacias e fóruns de justiça pelo interior e viaturas de serviços policiais, como meio de expandir o alcance da justiça pelo estado.

Na saúde pública, construiu unidades de saúde pelo interior e periferia da capital, entregando o triplo do programado (11.098 dos 4.400 propostos), subvencionou leitos de atendimento médico gratuito em hospitais particulares, fez campanha para erradicação da malária e expandiu a rede de saneamento básico para 84% na capital e 75% no interior (PAGE, 1962).

### **3.1.2. Infraestrutura**

A diferença tarifária entre rodovias e ferrovias estimulava as primeiras. Isso acontecia, entre outras coisas, principalmente em função da diferença cambial, visto que 15% do custo do transporte rodoviário era proveniente de importações, o que fez com que as tarifas rodoviárias aumentassem, em média, 30% menos do que as ferroviárias entre 1945 e 1960 (PAGE, 1962).

Apenas 29% da malha rodoviária era asfaltada, de forma que o plano propôs asfaltar outros 28%. No transporte ferroviário a prioridade foi o melhorado material rodante e substituição do sistema a vapor pelo a diesel e elétrico (PAGE, 1959).

No setor energia, inaugurou usinas hidroelétricas iniciadas no governo anterior e iniciou outras pelo interior, principalmente a de Urubupungá, maior do país na época.

### **3.1.3. Política Industrial**

O PAGE apontou como fatores limitantes do processo de industrialização apolítica de concessão de câmbio ao custo (incentivo a importação de maquinário), embora estivesse prejudicada pelo desequilíbrio na balança de pagamentos; Assim como a falta de crédito de longo prazo, com conseqüente dependência do BNDE (PAGE, 1959).

Salientou que a indústria paulista tivera reserva de mercado no processo de substituição de importações, no entanto, a industrialização de outros estados demandaria

incremento da produtividade e a necessidade de equilibrar a balança de pagamentos exigia que a indústria nacional fosse menos dependente da importação de bens de capital (PAGE, 1962).

Dois fundos foram criados pelo PAGE. O Fundo de Expansão da Indústria de Base funcionava como complementar ao BNDE, atuava no financiamento de investimento de pequenas e médias empresas, principalmente no interior do estado. O Fundo de Financiamento da Indústria de Bens de Produção atuava no financiamento de capital de giro de empresas produtoras de máquinas e equipamentos (PAGE, 1959). A cobertura da necessidade de capital de giro não se deu apenas para venda às empresas paulistas, mas também de outros estados, tal característica foi importante para estimular parte da modernização do Nordeste planejada pela Sudene (PAGE, 1962).

O plano estabeleceu que o governo estadual investisse em indústrias de bens de produção com necessidade de investimento elevado demais para o empresariado paulista, o que aconteceu por meio da participação no setor siderúrgico com a Cosipa.

#### **3.1.4. Agro-pecuária**

O plano propôs superação do modelo de agricultura extensiva, que teria levado a lavoura à estagnação econômica, o que demandaria a revisão na distribuição da propriedade da terra, com medidas como assistência técnica e financeira a pequenos agricultores (PAGE, 1962), assim como expansão da rede estatal de armazenagem (PAGE, 1959).

No final da década de 1950, em São Paulo, 57,8% das terras pertenciam a 5,3% dos estabelecimentos agrícolas, enquanto 8,2% pertenciam a 55,5%. No processo de produção, 25% dos agricultores paulistas eram proprietários de terra, sendo os restantes 15% arrendatários, 19% parceiros, 16% colonos, 12% diaristas, 5% mensalistas e 7% empreiteiros (PAGE, 1962).

O plano descreveu que o modelo agrário de latifúndio como favorecedor de técnicas intensivas, com pequena densidade de mão-de-obra, por isso a modernização da agricultura precisaria de uma revisão na distribuição da propriedade de terras. No entanto,

salientou que propriedades muito pequenas inviabilizam adoção de mecanização e adubagem científica. Por isso, a expansão da produtividade precisaria de ação da Secretaria da Agricultura na assistência técnica e financeira ao agricultor, preços mínimos, maior fluidez na comercialização e modificação nas relações de trabalho (PAGE, 1962).

Em Junho de 1959, foi criada uma comissão incumbida de estudar medidas de melhor utilização de terras inaproveitadas públicas e particulares do estado. A “Revisão Agrária” foi iniciada por meio de medidas tributárias, com isenção de transações com pequenas propriedades e de imposto territorial para propriedades de até 20 alqueires. Em 1961, uma emenda na Constituição Federal fez com que essa atribuição tributária coubesse apenas a municípios, em reação o governo estadual aprovou a Lei nº 6.808, que destinaria 1% da receita tributária estadual para fins de reforma agrária, principalmente subsídio no financiamento de pequenas propriedades, além de planejar a distribuição de terras próprias, economicamente exploráveis, a oito mil famílias (PAGE, 1962).

Como medida de incentivar o mercado interno, adotou subsídios para as culturas de arroz, milho e feijão.

Afirmou que a industrialização exigia que existisse agro-indústria capaz de abastecer a mão-de-obra, com ação para aumento da produtividade agrícola, não só para que ela elevasse a produção de alimentos, mas também para que, ao aumentar a renda média rural, elevar cada vez mais a poupança interna que possibilitasse investimento em modernização da lavoura (PAGE, 1962).

Apesar de agir no incentivo a agricultura, também considerou também necessário ampliar as reservas florestais de 57 mil para 120 mil alqueires.

Instituiu a criação do Fundo de Expansão Agro-Pecuária, voltado para financiamento a médio e longo prazo, estímulo a reorientação do uso da terra e incentivo a criação de indústrias que usem matérias-primas vindas do campo.

Em 1950, o café chegou a representar 37,53% da produção agropecuária do estado, a partir de então apresentou visível decadência. No começo da gestão, em 1959,

representava 20,23%, enquanto no último ano da gestão, em 1962, representava 9,64%, se tornando o segundo maior produto paulista.

Como foi previsto no PAGE em 1959, o algodão enfrentou um período difícil nos anos até 1962. O produto então encarava baixa no seu preço internacional, em função de sucessivas safras elevadas nos Estados Unidos. Na transição entre os anos 1950 e 1960, deixou de ser o segundo principal produto de agroexportação paulista, cedendo o lugar para a cana-de-açúcar. A produção algodoeira consegue manter alguma estabilidade em função da absorção interna pela indústria têxtil.

A cana-de-açúcar representava 6,76% da produção em 1959 e atinge 8,37% em 1962. Em função da declaração do embargo americano a importações cubanas, o preço internacional do açúcar dispara. Em 1963, a produção de cana-de-açúcar corresponde a 11,78% da produção agropecuária, ultrapassando a renda gerada pelo café, que foi de 11,31%.

#### **4. Ministro de Jango por curto período e a adesão posterior ao golpe**

Carvalho Pinto teve uma trajetória marcada pelo fato de ter um perfil fiscalista, sempre preocupado em equilibrar as contas públicas. Em 1938, foi convidado pelo prefeito Prestes Maia a ser assessor jurídico na prefeitura paulistana, posteriormente se tornando secretário de finanças do município em 1946, logo após a criação da secretaria. Em 1947, repassou abruptamente para as tarifas de transporte público o custo de um congelamento que durara 36 anos, o que levou a uma onda de manifestações que resultaram na renúncia do prefeito Cristiano Stockler das Neves e de Carvalho Pinto (BORIN, 2007). Como antes descrito, voltou a secretaria de finanças com o prefeito Jânio Quadros em 1953, que acompanhou após a eleição ao governo estadual no ano seguinte, com gestão financeira marcada principalmente pela preocupação fiscal, com diversos cortes de gastos e elevação de impostos.

Enquanto assessorava Jânio Quadros e principalmente quando foi Governador de São Paulo, conciliou a sua preocupação com as finanças públicas com a crença na necessidade de planejamento econômico e de que a economia brasileira precisava de

reformas estruturais para se desenvolver, praticada através de políticas de que falamos acima.

Em meio à crise política e econômica pela qual o Brasil enfrentou na primeira metade da década de 1960, o presidente João Goulart em janeiro de 1963 obteve sucesso na sua defesa de restauração do presidencialismo. Aproveitando do capital político decorrente do plebiscito e do resultado das eleições gerais de 1962, o governo anunciou o Plano Trienal de Desenvolvimento (MESQUITA, 2014), a ser tocado pelo Ministro da Fazenda Santiago Dantas e o Ministro do Planejamento Celso Furtado.

O Plano tinha como base a possibilidade de um bom termo de negociação da dívida externa com o FMI, com objetivos de crescimento a uma taxa anual de 7%, estratégia de desinflação com meta de 25% em 1963 e pretensão de executar reformas estruturais. O diagnóstico apresentado era de que a inflação seria resultado da expansão incontrolada dos gastos públicos nos anos anteriores, assim como o crescimento dos meios de pagamento.

Nos meses posteriores ao lançamento do plano, o controle dos meios de pagamentos, por meio da Sumoc, levou a contração creditícia de 20%, embora não tenha sido respeitado pelo Banco do Brasil (MESQUITA, 2014), mas as tentativas de contenção dos gastos da União não obtiveram sucesso, o Congresso se manteve sem votar as reformas estruturais e o ministro Santiago Dantas não obteve sucesso nas negociações com o FMI (MESQUITA, 2014).

Tal desgaste do governo levou João Goulart a abandonar o Plano Trienal ainda no primeiro semestre de 1963 e em junho deste ano promover uma reforma ministerial, na qual extinguiu o Ministério do Planejamento e nomeou para o Ministério da Fazenda Carvalho Pinto, com o objetivo de tentar se aproximar do empresariado paulista (BUSETTO, 2001).

No seu discurso de posse, o novo ministro ressaltou algumas diretrizes do Plano Trienal, enquanto fez críticas a certas medidas, principalmente a ineficácia na política fiscal e no rumo da política monetária.

Afirmou que, sob sua gestão, novos gastos do governo federal só seriam autorizados se considerados indispensáveis, para que assim se assegurasse que o controle do ritmo de expansão monetária, alertando que do déficit de Cr\$ 49 bilhões do primeiro semestre 1963, Cr\$ 47 bilhões foram financiados por saldo líquido do Tesouro Nacional junto ao Banco do Brasil, ou seja, emissão de moeda (PINTO, 1963). A meta fiscal do governo federal estabelecida pelo Plano Trienal já estava comprometida com o aumento salarial do funcionalismo público não previsto (MESQUITA, 2014). Em junho, a despesa já atingira 64% do previsto para o ano (PINTO, 1963).

Elogiou a manutenção da política de “realismo cambial” e medidas de apoio aos produtos exportáveis brasileiros, sendo esse um elemento importante na reativação da economia. O próprio processo de recuperação econômica atrairia a vinda de capital estrangeiro, que o governo deveria estimular a ser destinado a investimentos diretos e projetos específicos. Mas, sendo em função do déficit em transações correntes, deveriam ser favorecidos serviços de capital nacional para manter na economia brasileira a renda de lucros, royalties, patentes, fretes e seguros (PINTO, 1963).

Destacou que a inflação permanecera alta mesmo com redução dos meios de pagamento, que viera acompanhada de expansão do papel-moeda em poder do público, o que indicaria crescente demanda por liquidez na economia (PINTO, 1963). Afirmou que sempre defendeu que “um período inflacionário acompanhado de redução do crédito só seria mais desastroso, levando a economia a uma recessão e diminuição do ritmo de desenvolvimento” (PINTO, 1963). Apontou como solução para o caso uma “expansão seletiva do crédito”, que seria possibilitada por uma reforma do sistema bancário.

Em seu discurso de posse elegeu dez princípios que guiariam a sua gestão: (1) Austeridade nas políticas financeiras; (2) Promoção realista do desenvolvimento, com maior inclusão social, eliminação de disparidades regionais e projeção da indústria nacional; (3) Controle e redução da inflação; (4) Reforma bancária; (5) Reforma tributária, com maior progressividade e menor sonegação; (6) Modernização da estrutura do ministério; (7) Seletividade dos créditos, com atenção ao abastecimento da população pelo setor agrícola e justiça social; (8) Permanente consideração na política cambial; (9)

Intensificação do comércio exterior, com ampliação/diversificação da pauta de exportação; (10) Progressiva especificação no planejamento financeiro (PINTO, 1963).

Hélio Bicudo (2017), chefe de gabinete do Ministério da Fazenda sob Carvalho Pinto, afirmou que a atuação do paulista sobre as finanças federais se deu maneira independente das correntes de pensamento econômico em discussão no cenário brasileiro naquele momento, tendo como base principal a sua própria experiência no governo estadual paulista.

As instruções da Sumoc expedidas nesse período podem ser divididas em dois grupos básicos: comércio exterior e reforma bancária e crédito. As primeiras focavam em política cambial e tinham objetivo de reconstituírem o balanço de pagamentos e estimularem a industrialização. As segundas eram sobre regulamentação bancária e estímulo a expansão creditícia apenas em setores específicos. A principal instrução expedida foi a 255, que introduziu o conceito de título da dívida pública negociado no mercado de capitais brasileiro (ORENSTEIN, 2014).

Metade da dívida externa estava prevista para vencer dentro do triênio 1963-1965. No mês posterior a posse, foi considerada a possibilidade de moratória unilateral, no entanto, a deteriorada relação com o governo dos EUA e uma melhoria no desempenho comercial a partir de agosto permitiu que a medida fosse evitada (MESQUITA, 2014). No entanto, parte do governo, ligada ao deputado federal Leonel Brizola, era favorável a medida, o que segundo Hélio Bicudo (2017) gerou atritos irreconciliáveis.

De acordo com Hélio Bicudo (2017), quando ministro Carvalho Pinto teve contato com conspirações golpistas situacionistas e oposicionistas, recusando apoio a ambas. No entanto, no dia posterior ao Golpe Civil-Militar de 1964, afirmou confiar nos líderes civis e militares para preservação da constituição e fé cristã e de que conduziriam as reformas necessárias em benefício dos mais pobres (OESP, 1964).

O PDC esteve dividido sobre apoio ao Golpe Civil-Militar de 1964, a maior parte do PDC-SP migrou para o MDB após a instalação do bipartidarismo. Os deputados que migraram para o ARENA tiveram vínculo precário com a legenda, com dificuldade para se reeleger (MADEIRA, 2007).

Carvalho Pinto se filiou à ARENA e se candidatou a Senador em 1966, venceu dois emedebistas, um apoiado por Jânio Quadros e outro por Ademar de Barros. No Senado, teve atuação tida como técnica e analítica. Nos oito anos de mandato, apresentou apenas três projetos de leis, dois deles rejeitados. Presidiu as comissões de Economia e Finanças e de Relações Exteriores, além de ser membro da Comissão de Constituição e Justiça (MAYER, 2010).

Seu único projeto de lei aprovado foi de reforma do Conselho Nacional de Política Salarial (CNPS), que criara quando era Ministro da Fazenda e decidia a política salarial, para adotar modelo tripartido (governo, empresários e sindicatos) como proposto pelo Papa Pio XI (PINTO, 1974).

Defendeu que o PAEG, plano econômico do governo Castello Branco, executou reformas que eram defendidas no governo Goulart como meios de tirar a economia brasileira da crise, como a reforma tributária e bancária, de forma que constrói uma conciliação entre o que era defendido entre os dois governos (PINTO, 1974).

No entanto, discordou dos motivos apontados no programa como causadores da inflação brasileira, afirmando que ela teria três causas estruturais: (1) seria inevitável devido a baixa poupança interna; (2) a heterogeneidade da economia, dividida entre setores modernos e atrasados; (3) o caráter exportador da economia tornaria sua balança de pagamentos exposta a variações internacionais.

Durante o período de Delfim Netto no Ministério da Fazenda, que coincidiu com a maior parte do tempo que passou no Senado, fez frequentes elogios a sua política econômica em discursos no Senado e entrevistas. Considerava que ele havia corrigido os pontos de que discordara no PAEG, principalmente na política salarial e em elaborar um plano de expansão da infraestrutura. No entanto, cobrava do governo que fizesse algo para sustentação e modernização do campo (OESP, 1970).

Em seu primeiro discurso após a instauração do AI-5, em outubro de 1969, declarou que a “Revolução” não soube se valer da sua oportunidade histórica que tinha. A reestruturação partidária (AI-2) se preocupou mais com aspectos formais do que substanciais da Lei Eleitoral, sendo operada com celeridade constrangedora num período

de descrédito político, distanciando-se da necessária autenticidade e não sendo verdadeiramente democrática, enquanto a reestruturação do Estado empreendida pela EC-1 (AI-5) não dignificaria o relacionamento entre as instituições, nem alçaria a representação popular ao nível das complexas responsabilidades da vida moderna.

Foi candidato a reeleição em 1974, mas a impopularidade do regime em São Paulo e a relação conflituosa com o partido fizeram com que ganhasse apenas 27% dos votos, contra 73% do então prefeito de Campinas Orestes Quércia do MDB. Após essa derrota, se afastou da vida política e evitava dar entrevistas.

## 5. Considerações Finais

Neste artigo, acreditamos abrir uma agenda de pesquisa sobre o pensamento e impacto histórico de Carvalho Pinto, tendo como foco três aspectos de sua biografia, mas sem excluímos a importância de outras características desse homem público, como a sua relação com o conservadorismo paulista e o seu legado por meio da relevância política de membros do seu governo nas décadas posteriores.

Consideramos que o alinhamento a uma política econômica pautada em austeridade fiscal e estabilidade monetária, a defesa do papel do Estado como fornecedor de uma estrutura básica sobre a qual opera de maneira eficiente a produtividade de mercado, a tentativa de promoção de um Estado Bem-Estar Social baseado no princípio católico de caridade e recorrente apelo a ideias contidas nas encíclicas da Doutrina Social da Igreja indicam que Carvalho Pinto não era mero filiado do Partido Democrata Cristão, mas um legítimo representante do movimento no Brasil, sendo o único ocupar o Ministério da Fazenda e o primeiro a governar um estado. No entanto, fica presente a questão sobre a influência do pensamento católico e democrata cristão no pensamento político e econômico na história recente brasileira. É preciso destacar que militantes do partido, no período da redemocratização, participação da fundação de algumas das legendas fundamentais da atual República, como o Partido dos Trabalhadores, Partido da Social Democracia Brasileira e Partido da Frente Liberal.

Concluimos que o PAGE teve relevante importância em garantir na economia paulista um nível de produtividade muito superior ao restante do país, principalmente no

auxílio na formação de um parque industrial complexo e modernização do agronegócio, assim como a rede de programas sociais pelo estado. No entanto, consideramos serem ainda necessários maiores estudos quantitativos sobre a efetividade de cada ponto do plano.

No momento em que o debate econômico brasileiro era basicamente pautado pela dicotomia entre apoio a industrialização ou a agroexportação, Carvalho Pinto contribuiu no mundo das ideias ao apoiar uma opção conciliadora, baseada na cooperação entre indústria e campo. De forma que consideramos que introduziu no interior paulista uma ideia própria de modernização, com particularidades em relação ao debatido no restante do país.

Como ministro de João Goulart e depois aliado do General Medici, Carvalho Pinto fez parte do grupo amplo e que recebe pequena atenção de políticos que durante a primeira metade da década de 1960 se alinharam a causas reformistas e ao próprio governo Goulart, mas posteriormente também foram aliados do regime militar, vendo nele a forma dessas pautas serem atingidas. O que ressalta, portanto, a existência de grupo político que apoiou tanto ao governo deposto quanto ao golpista em função das ideias que tangenciavam ambos.

Assim, reafirmamos que Carvalho Pinto, em sua complexidade, pode ser lido por muitos ângulos, representando diferentes assuntos que merecem maior aprofundamento. Herdeiro político do PRP, agremiação que foi uma das principais fundadoras da república brasileira. Representante de uma das correntes políticas mais importantes do Ocidente pós-guerra, mas que recebe pouca atenção historiográfica no Brasil. Gestor público paulista em um momento no qual o estado passou por muitas transformações. E político reformista apoiador tanto de João Goulart quanto dos militares que o sucederam.

## **Bibliografia**

ANGELO, Michelly Ramos de. *Louis-Joseph Lebret e a Sagmacs: a formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil*. Alameda, 2013

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Ipea/Inpes, 1988

BUSETTO, Áureo. *A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas*. Editora UNESP, 2001

CHAIA, Vera. *A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)*. Editora Humanidades, 1992

COELHO, Sandro Anselmo. *O Partido Democrata Cristão: teores pragmáticos da terceira via brasileira (1945-1964)*. Revista Brasileira de História vol.23 no.46, São Paulo, 2003

COELHO, Sandro Anselmo. *Democracia Cristã e Populismo: um marco histórico comparativo entre o Brasil e Chile*. Revista de Sociologia e Política no.15, São Paulo, 2000

CORDIDO, M.T.R.L.B.; BUZZAR, M. A.; SIMONI, L. N.. *O Plano de Ação – PAGE - Governo Carvalho Pinto (1959/1963) em São Paulo: moderação política e modernização*. 2009

DUARTE, Adriano; FONTES, Paulo. *O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)*. Cadernos AEL, v. 11, n. 20/21, 2010

ERHARD, Ludwig. *Prosperity tough competition*. Frederick A. Praeger, 1958

GODOY, José H. A.. *Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e a ação de Louis-Joseph Lebret no Brasil*. Revista de Ciência Política, São Paulo, vol. 24, n. 1, p. 40-53, jan./jun. 2015

KAISER, Wolfram. *Christian Democracy and the origins of European Union*. Cambridge University Press, 2007

KERR, Fergus. *Twentieth-Century Catholic Theologians*. Wiley, 2007

KERSBERGEN, Kess van. *Social Capitalism: A study of Christian Democracy and the Welfare State*. Routledge, 2003

KORNIS, Monica. *Centro Dom Vital*. Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível na Internet em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CENTRO%20DOM%20VITAL.pdf>>

LEÃO XIII, Papa. *Rerum Novarum*. Libreria Editrice Vaticana. Disponível na Internet em: <[http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html)>

MADEIRA, Rafael Machado. **Integração horizontal e fragmentação partidária: uma análise de carreira política dos deputados federais da Arena em São Paulo**. Sociedade e Cultura, v. 7, n. 2, 2007.

MAGALHÃES, Felipe Pinto. *Varrendo a imprensa: a ascensão de Jânio Quadros e o periodismo paulistano (1947-1951)*. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 271-290, dez. 2007

MAINWARING, Scott. *Christian Democracy in Latin America: Electoral Competition and Regime Conflicts*. Stanford University Press, 2003

MARCUCCI, Ruy. *Carvalho Pinto: em Ritmo de Hoje*. Circo Editorial, 1987

MARITAIN, Jacques; Coutinho, Afrânio (trad.). *Humanismo Integral: uma visão nova da ordem cristã*. Biblioteca do espírito moderno, 1965

MAYER, Jorge Miguel. *Pinto, Carvalho*. Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível na Internet

em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-alberto-alves-de-carvalho-pinto>>

MESQUITA, Mário M.C.. *Inflação, estagnação e ruptura 1961-1964*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2ª edição: Elsevier, 2014

MÜLLER, Jan-Werner. *The End of Christian Democracy: What the Movement's Decline Means for Europe*. Foreign Affairs. Councilon Foreign Relations, Julho de 2014. Disponível na Internet em:<<https://www.foreignaffairs.com/articles/western-europe/2014-07-15/end-christian-democracy>>

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Edições Graal, 1977

ORENSTEIN, Luiz; SOCHACZEWSKI, Antônio Cláudio. *Democracia com desenvolvimento 1956-1961*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2ª edição: Elsevier, 2014

PINHO, Demosthenes Madureira. *O Interregno Café Filho 1954-1955*. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil. 2ª edição: Elsevier, 2014

PINTO, Carvalho. *Problemas Nacionais*. Senado Federal, 1974

PINTO, Carvalho. *Exposição feita pelo Ministro da Fazenda ao Presidente João Goulart*. 1963

PIO X, Papa. *Pascendi Dominici Gregis*. LibreriaEditrice Vaticana. Disponível na Internet em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_19070908\\_pascendi-dominici-gregis.html](https://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html)>

PIO XI, Papa. *Quadragesimo Anno*. LibreriaEditrice Vaticana. Disponível na Internet em: <[https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragesimo-anno.html](https://w2.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19310515_quadragesimo-anno.html)>

RAMOS, Plinio de Abreu. *Partido Republicano Paulista (PRP)*. Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), CPDOC - Centro de Pesquisa e

Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível na Internet em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>>

RAMOS, Plínio de Abreu. *Partido Constitucionalista de São Paulo*. Verbetes no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível na Internet em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-constitucionalista-de-sao-paulo>>

RESENDE, André Lara. **Estabilização e Reforma 1964-1967**. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org). *A Ordem do Progresso: Dois Séculos de Política Econômica no Brasil*. 2ª edição: Elsevier, 2014

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 24, n. 1, p. 55-57, 1982

SAMUELS, D; ABRUCIO, FL. **A Nova Política dos Governadores**. *Lua Nova: Revista de cultura e política*, São Paulo, volume 40-41, 137-166, 1997.

SÃO PAULO (Estado). *Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo*. Imprensa Oficial, 1959

SÃO PAULO (Estado). *II Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo*. Imprensa Oficial, 1962

WOHNOUT, Helmut; KAISER, Wolfram. *Political Catholicism in Europe 1918-45*. Routledge, 2004

Banco Central do Brasil (BCB). *Instruções da SUMOC*. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?SUMOCINST>>

**O Estado de S. Paulo, 1945 a 1987 (OESP)**

**Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

CHRISTIANO Stockler das Neves. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa443402/christiano-stockler-das-neves>>

BRASIL. Decreto nº 54.018, de 14 de julho de 1964. **Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial, estabelece normas sobre a política salarial do Govêrno e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília, DF, 15 jul. 1964

BRASIL. Lei nº 5.617, de 15 de outubro de 1970. **Reorganiza o Conselho Nacional de Política Salarial - CNPS, e dá outras providências.** Diário Oficial, Brasília, DF, 15out. 1970